

SINDSERPE. A Sra. Raisa Rabelo, apresentou-se enquanto membro da Frente de Luta pelo Transporte Público. Falou sobre arrecadação indevida dos créditos expirados do Vale Eletrônico Metropolitano. afirmou que R\$3,20 (três reais e vinte centavos) não é um preço aceitável, visto o crescente desemprego. Apontou que a CBTU deve cobrar do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano a dívida. Ressaltou que Pernambuco é o segundo estado que tem mais jovens desempregados no país. Em seguida, o Sr. José dos Santos Bezerra disse que o transporte escolar é atividade privada de utilização pública. afirmou que os profissionais do transporte escolar não têm subsídio. Falou que estão pleiteando o uso da faixa azul pelo transporte escolar em determinados horários. O Sr. Tiago Jerolhan reclamou que os dados sobre transporte público devem ser abertos. afirmou que a falta de segurança no metrô não pode ser jogado na conta dos ambulantes, visto a desigualdade social. Falou sobre a estatização do transporte. O Sr. Michel Platini apontou que na Alepe existe uma Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência e que esta Frente tem o dever de assinar a CPI dos Transportes. Relatou que caiu entre o ônibus e a estação. Concluiu que o sistema de transporte público não é seguro ou acessível para deficientes. Vereador Carlos André disse que está como vereador na Câmara Municipal do Jaboatão dos Guararapes, mas é um vigilante. Disse que o terminal de ônibus da UR-11, no bairro de Zumbi do Pacheco na cidade de Jaboatão dos Guararapes está caindo. Apontou que no bairro do Ibura os ônibus quebram todos os dias. Criticou o comércio nas estações de metrô. Disse que o Plenário de Jaboatão dos Guararapes está aberto a todos. A Sra. Kariana Guedes, apresentou-se enquanto representante da Gestos, ONG defensora dos direitos humanos das pessoas que vivem com HIV/Aids. Levantou a questão da gratuidade da tarifa para pessoas deficientes e com patologias crônicas. Explicou que pacientes estão abandonando o tratamento por falta dinheiro para acessar o transporte público. Apontou que, de acordo com o Ministério da Saúde, duas pessoas morrem devido à Aids em Pernambuco por dia. afirmou que foi feita uma minuta de Projeto de Lei para tratar o tema. O Sr. José Cosmo, seguidamente, disse que é rodoviário e que foi demitido pela empresa Caxangá em 2016 porque estava mobilizado junto a outros trabalhadores rodoviários. Lamentou a ausência de representantes do governo. O Sr. Edivaldo Júnior criticou o Conselho Superior de Transporte Metropolitano. Disse que são eleitos delegados sem a participação de representantes de alguns municípios. Falou que é dado um minuto para os candidatos a delegado se pronunciarem. O Sr. Klauber Teixeira apresentou-se enquanto usuário do transporte público. Disse que trabalha na empresa Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano. Apontou como necessária a ampliação do metrô. Ressaltou que a Lei de Mobilidade Urbana prioriza o transporte público. Disse que, através Emenda Complementar, a Constituição Federal passou a considerar o transporte público um direito social. O Sr. José Cândido apresentou-se enquanto representante da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids. Disse que Pernambuco está legislativamente atrasado em relação a outros estados brasileiros no que diz respeito ao livre acesso de pessoas que vivem com Aids ao transporte público. A Sra. Glória Ferreira, em seguida, criticou a retirada de seis linhas de ônibus do bairro da Caxangá. Reclamou que, após o sistema de “Bus Rapid Transit” (BRT), passou a pegar dois ônibus para chegar em casa. Disse que a quantidade de BRT não é suficiente. A Sra. Miriam Mendes, usuária do transporte público, disse que mora na cidade de São Lourenço da Mata. Relatou que saiu de sua residência às sete horas da manhã e chegou à Alepe após três horas de viagem em pé no transporte público. Apontou a questão do assédio sofrido pelas mulheres no transporte público. O Sr. Denilson Cadete, membro da Frente de Luta pelo Transporte Público, afirmou que a CPI dos Transportes tem 14 (catorze) assinaturas, entretanto querem assinaturas de todos os 49 (quarenta e nove) deputados. Reclamou que a grande maioria dos deputados não está em seus gabinetes quando são procurados. Posteriormente, a Sra. Flávia Ellen falou que reside na cidade de Paulista. Reclamou que gasta cerca de duzentos reais por mês com um transporte público superlotado, com risco de assédio e de assalto. Apontou que o comércio nos terminais de metrô é fruto do desemprego. Ressaltou que o ônibus que transporta passageiros da integração para o bairro do Janga passa apenas em dois horários por dia. O Sr. João Mauricio Rocha sugeriu que os rodoviários, quando em protesto, deixassem as portas dos ônibus abertas para a população não ser prejudicada pela paralização. Disse que quer ver resultados das Audiências Públicas realizadas nesta Casa. A Sra. Raquel Lins apresentou-se enquanto cientista política e fundadora do Movimento Pernambuco Transparente, que cobra transparência de informações às instituições. Destacou que a Prefeitura de Belo Horizonte se pronunciou no sentido de que só aumentariam a tarifa dos ônibus depois da realização de Auditoria do Transporte Público. Disse que, no Nordeste, houve o lançamento de plataforma com dados abertos pela Prefeitura de Natal e um Portal de Transparência do Transporte Público pela Câmara de Teresina. Explicou que a transparência vai para além da disponibilidade de dados, fazendo-se necessária a disponibilização de algoritmos e processos. Em seguida, o Sr. Getúlio Masilio, apresentou-se enquanto membro do Sindicato dos Metroviários. Parabenizou a Deputada Tereza Leitoão pelo empenho para aprovação da CPI dos Transportes. Disse que o sucateamento do metrô faz parte de um plano de privatização. A Sra. Wedja Barbosa apresentou-se como membro do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicação e Usuário do Transporte Público. Disse que pelo início da manhã o metrô está superlotado e inacessível. Criticou a insegurança para mulheres no metrô. Reclamou que em seu bairro a tarifa do ônibus é mais cara do que nos bairros vizinhos. O Presidente, logo após, esclareceu que às Audiências Públicas presididas por sua pessoa obtiveram encaminhamentos concretos. Ressaltou a importância de disponibilizar a Alepe para a população expressar-se. Deu como encaminhamento a constante pressão pela aprovação da CPI dos Transportes e a construção de uma Frente Parlamentar para tratar o assunto da mobilidade urbana. Frisou a importância do protagonismo da sociedade civil para alcançar os resultados esperados. Logo após, a Deputada Tereza Leitoão ressaltou que uma CPI apresenta força política e regimental maior do que uma Comissão Especial e por isso é importante sua aprovação. O Sr. Levi Arruda disse que o modelo de mobilidade urbana deve ser independente da iniciativa privada. Seguidamente, a Sra. Camila Fernandes relembrou o projeto hidroviário Rios da Gente. Disse que não se tem notícias do andamento do projeto e dos recursos reservados para este. Reforçou a necessidade de Audiência Publica para discutir o Plano de Desenvolvimento Urbano Intermunicipal. Pediu aos presentes que acessem a plataforma digital do Meu Recife para enviar e-mails aos deputados solicitando a aprovação da CPI dos Transportes. O Sr. Pedro Josephi apontou que participou de dezenove Audiências Públicas pela Frente de Luta pelo Transporte Público, mas apenas cinco ações judiciais contra o Governo do Estado de Pernambuco e a Urbana foram ajuizadas. Apontou que o Instituto da Cidade Pelópidas Silveira não alcançará resultados consideráveis enquanto gestores governamentais interferirem no processo por questões essencialmente políticas. O Sr. Sidney Schreiner, posteriormente, disse estar feliz porque as discussões pleiteadas nesta Audiência Pública estão presentes no Plano de Mobilidade da Cidade do Recife. O Sr. Leonardo Villar Beltrão agradeceu pela oportunidade de ouvir os relatos. Ressaltou a transparência de sua gestão na CBTU. Disse que não existe satisfação dos metroviários, mas estão em busca de avanços. Pontuou que, atualmente, precisa de mais de seiscentos milhões de reais para deixar o metrô de Recife em perfeitas condições. O Presidente, explicou que existe um procedimento para realizar uma Frente Parlamentar. Pediu por uma Frente Popular. Relatou que conseguiram criar uma Frente Popular para tratar da segurança pública fundando o Fórum Popular de Segurança Pública de Pernambuco. Nada havendo a acrescentar, o Presidente declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, eu, Adriana Soares da Silva, Assessora desta Comissão, lavrei e digitei esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2018.

TEMA: DISTRIBUIÇÃO E DISCUSSÃO DE PROJETOS.

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos, no Plenarinho I, Deputado João Ferreira Lima Filho, Edifício Miguel Arraes de Alencar, desta Assembleia Legislativa, sob a presidência do Deputado Edilson Silva, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular. Presentes os Deputados: André Ferreira (membro titular) e Socorro Pimentel (membro suplente). Observado o quórum regimental o Presidente declarou aberta a reunião. Em seguida, iniciou a distribuição dos seguintes projetos: 01 – Projeto de Lei Ordinária nº 1979/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica), relator Deputado André Ferreira; 02 – Projeto de Resolução nº 1982/2018, de autoria do Deputado Romário Dias (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Sr. Cônsul da Inglaterra Graham Lewis Tidey), relatora Deputada Socorro Pimentel; 03 – Projeto de Lei Ordinária nº 1987/2018, de autoria do Deputado Marcantônio Dourado (Ementa: Dispõe sobre a inclusão de informação em embalagens que indica e dá outras providências), relator Deputado Edilson Silva. Em seguida, o Presidente fez a distribuição extra pauta da seguinte proposição: 01 – Projeto de Resolução nº 1994/2018, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Médico Armando Cahen Sol), relator Deputado André Ferreira. Em seguida, o Presidente iniciou a discussão dos seguintes projetos de lei: 01 – Substitutivo 01, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1869/2018, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Regulamenta, no âmbito do Estado de Pernambuco, os bens essenciais de que trata o §3º, do art. 18, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências), relator Deputado Edilson Silva, que por razões de celeridade, passou a relatoria para o Deputado André Ferreira, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 02 – Substitutivo 01, de autoria do Deputado Waldemar Borges ao Projeto de Lei Ordinária nº 1963/2018, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (Ementa: Dispõe sobre a responsabilidade das concessionárias de serviços públicos no recebimento de faturas e cobranças no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), relatora Deputada Laura Gomes, em razão de sua ausência, a relatoria foi redistribuída para a Deputada Socorro Pimentel, que o aprovou à unanimidade dos Deputados. Nesse momento o Presidente interrompeu para explicar a importância do projeto, no entanto frisou que o mesmo é insuficiente pra tratar da qualidade do atendimento, pois garantir números mínimos de pontos atendimentos de acordo com o contingente populacional, não significa necessariamente garantir o acesso as pessoas. Sugeriu que o Governo do Estado intervisse na situação, para tecer uma mesa de negociações, conforme fez alguns governadores; 03 – Projeto de Resolução nº 1972/2018, de autoria do Deputado Vinícius Labanca (Ementa: Concede ao advogado Marcelo Agnese Lannes o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano), relatora Deputada Laura Gomes, em razão de sua ausência, a relatoria foi redistribuída para o Deputado André Ferreira, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 04 – Projeto de Resolução nº 1982/2018, de autoria do Deputado Romário Dias (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Sr. Cônsul da Inglaterra Graham Lewis Tidey), relatora Deputada Socorro Pimentel, que o aprovou à unanimidade dos Deputados. Em seguida, o Presidente fez a discussão extra pauta da seguinte proposição: 01 – Substitutivo 01, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1662/2017, de autoria do Deputado Edilson Silva (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, a fim de incluir a Semana Estadual do Hip Hop), relator Deputado Bispo Ossésio Silva, em razão de sua ausência, a relatoria foi redistribuída para o Deputado André Ferreira, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 02 – Substitutivo 01, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1667/2017, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, a fim de incluir parágrafos ao art. 368), relator Deputado Edilson Silva, que por razões de celeridade, passou a relatoria para a Deputada Socorro Pimentel, que o aprovou à unanimidade dos Deputados. Em seguida o Presidente informou a agenda da Comissão para o mês de junho, sendo: dia 18/06/2018, às 09h00min, no Auditório Senador Sérgio Guerra, Audiência Pública conjunta com o Deputado Federal Betinho Gomes, para debater sobre a “suspensão dos pagamentos de contas da Celpe nas casas lotéricas”; e dia 20/06/2018, às 09h00min, no Auditório Senador Sérgio Guerra, Audiência Pública, dessa vez para discutir a “situação de oficiais da Polícia Militar que denunciam terem sido afastados das funções de forma arbitrária pelo comando da corporação”. Nada havendo a acrescentar, o Presidente declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, eu, Adriana Soares da Silva, Assessora desta Comissão, lavrei e digitei esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2018.

Às onze horas do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezoito, no Plenarinho III, Deputado Afonso Ferraz, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, nos termos regimentais e em obediência à convocação por edital do Presidente deste

colegiado técnico, Deputado Clodoaldo Magalhães, reuniram-se os seguintes parlamentares titulares: Eriberto Medeiros, Henrique Queiroz e Priscila Krause e o membro suplente, Eduíno Brito. O Presidente, constatando a existência de quórum regimental, deu início aos trabalhos com a distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 1967/2018, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de creches, berçários, escolas maternas e similares das redes pública e privada do Estado de Pernambuco submeterem monitores, professores e demais funcionários que tenham contato direto com alunos a exames psicológicos periódicos.). Distribuído para o Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1969/2018, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a inclusão do tema Educação Moral e Cívica como conteúdo transversal no currículo das escolas da redes pública e privada de ensino do Estado de Pernambuco.). Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz; Projeto de Lei Ordinária nº 1970/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o aumento de capital social da Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART, no total de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), com base no § 3º do art. 3º da Lei nº 11.314, de 29 de dezembro de 1995; no § 2º do art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal e, ainda, no inciso XXXII do art. 14, inciso I do § 1º do art. 19 e inciso XXV do art. 37 da Constituição do Estado de Pernambuco.). Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz; Projeto de Lei Ordinária nº 1978/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica.). Distribuído para o Deputado Eriberto Medeiros; Projeto de Lei Ordinária nº 1979/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica.). Distribuído para a Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1988/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 11.328, de 11 de janeiro de 1996, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar de Pernambuco, e dá outras providências.). Distribuído para o Deputado Eriberto Medeiros; Projeto de Lei Ordinária nº 1990/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 11.514, de 29 de dezembro de 1997, que dispõe sobre infrações, penalidades e procedimentos específicos na área tributária, relativamente às infrações referentes ao selo fiscal.). Distribuído para a Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1993/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui o Sistema Estadual de Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, no âmbito do Estado de Pernambuco.). Distribuído para o Deputado Eriberto Medeiros; Projeto de Lei Ordinária nº 1999/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública estadual.). Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz; Projeto de Lei Ordinária nº 2000/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 15.690, de 18 de dezembro de 2015, que autoriza a celebração de acordos com credores de precatórios judiciais mediante aplicação de deságio sobre o valor devido.). Distribuído para o Deputado Eriberto Medeiros; Projeto de Lei Ordinária nº 2003/2018, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Dispõe sobre a fixação de cartazes nos cartórios, maternidades, hospitais e instituições de saúde similares, informando às gestantes, aos pais e aos familiares, sobre a possibilidade de registrar os neonatos, com a naturalidade do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento.). Distribuído para o Deputado Joaquim Lira. Concluída a distribuição dos projetos de lei ai nos respectivos relatores, foi procedida à discussão das seguintes matérias integrantes da pauta: Projeto de Lei Ordinária nº 1779/2017, de autoria do Deputado João Eudes (Ementa: Declara de utilidade pública a Associação Filantrópica dos Moradores da Vila Santo Antônio). Tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, na ausência deste foi distribuído para a Deputada Priscila Krause, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1970/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o aumento de capital social da Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART, no total de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), com base no § 3º do art. 3º da Lei nº 11.314, de 29 de dezembro de 1995; no § 2º do art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal e, ainda, no inciso XXII do art. 14, inciso I do § 1º do art. 19 e inciso XXV do art. 37 da Constituição do Estado de Pernambuco.). O relator Deputado Henrique Queiroz apresentou parecer favorável à matéria, que foi aprovado por unanimidade pelos membros do Colegiado presente; Projeto de Lei Ordinária nº 1978/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica.). O relator Deputado Eriberto Medeiros apresentou parecer favorável à matéria, que foi aprovado por unanimidade pelos membros do Colegiado presente; Projeto de Lei Ordinária nº 1979/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica.). A relatora Deputada Priscila Krause apresentou parecer favorável à matéria, que foi aprovado por unanimidade pelos membros do Colegiado presente; Projeto de Lei Ordinária nº 1988/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 11.328, de 11 de janeiro de 1996, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar de Pernambuco, e dá outras providências.). O relator Deputado Eriberto Medeiros apresentou parecer favorável à matéria, que foi aprovado por unanimidade pelos membros do Colegiado presente; Projeto de Lei Ordinária nº 1990/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 11.514, de 29 de dezembro de 1997, que dispõe sobre infrações, penalidades e procedimentos específicos na área tributária, relativamente às infrações referentes ao selo fiscal.). A relatora Deputada Priscila Krause apresentou parecer favorável à matéria, que foi aprovado por unanimidade pelos membros do Colegiado presente; Projeto de Lei Ordinária nº 1999/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública estadual.). O relator Deputado Henrique Queiroz apresentou parecer favorável à matéria, que foi aprovado por unanimidade pelos membros do Colegiado presente; Projeto de Lei Ordinária nº 2000/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 15.690, de 18 de dezembro de 2015, que autoriza a celebração de acordos com credores de precatórios judiciais mediante aplicação de deságio sobre o valor devido.). Relator: Deputado Eriberto Medeiros. Retirado de Pauta. Substitutivo nº 01/2018, de autoria da Comissão de Saúde e Assistência Social (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1776/2017.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 1829/2018, de autoria do Deputado Paulinho Tomé (Ementa: Dispõe sobre a realização do “teste do quadril” nos recém-nascidos, ainda nos berçários das maternidades no âmbito do Estado de Pernambuco.). O relator Deputado Eriberto Medeiros apresentou parecer favorável à matéria, que foi aprovado por unanimidade pelos membros do Colegiado presente; Substitutivo nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1829/2018.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 1776/2017.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 1829/2018, de autoria da Deputada Priscila Krause (Ementa: Determina a comunicação, por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde, públicos ou privados, do Estado de Pernambuco, das ocorrências de embriaguez ou uso de entorpecentes por criança ou adolescente.). O relator Deputado Eriberto Medeiros apresentou parecer favorável à matéria, que foi aprovado por unanimidade pelos membros do Colegiado presente; Substitutivo nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente o Projeto de Lei Ordinária nº 1902/2018.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 1902/2018, de autoria da Deputada Priscila Krause (Ementa: Altera o § 2º do art. 9º da Lei Estadual nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, que regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências, para estabelecer prazo de resposta recursal a ser observado pelos órgãos e entidades da administração estadual.). Tendo como relator o Deputado Romário Dias, na ausência deste foi distribuído ao Deputado Henrique Queiroz, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente o Projeto de Lei Ordinária nº 1911/2018.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 1911/2018, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Dispõe sobre a oferta de produtos próximos ao vencimento ou avariados, no âmbito do Estado de Pernambuco.). Relator: Deputado Henrique Queiroz. Retirado de tramitação pela autora; Substitutivo nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 1913/2018.), ao Projeto de Resolução nº 1913/2018, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Institui que a Assembleia Legislativa de Pernambuco participe da campanha mundial que celebra o Dia Mundial das Doenças Raras, através de iluminação especial na Casa, na semana em que constar o dia 28 de fevereiro.). Tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, na sua ausência deste foi distribuído ao Deputado Eriberto Medeiros, que o aprovou à unanimidade dos Deputados. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos informando a todos que esta foi a última reunião do primeiro semestre do corrente ano, convocando os presentes para a próxima reunião ordinária do colegiado após o recesso parlamentar. Do que, para constar, eu, Leandro Rafael de Melo Aguiar, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente desta Comissão, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Pronunciamento

PRONUNCIAMENTO DE SOCORRO PIMENTEL NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE agosto DE 2018.

Venho a Tribuna nesta tarde, compartilhar os sentimentos de revolta e frustração que tomam conta dos pernambucanos.

Como um governo pode ser tão ineficiente? Tão incapaz?

Se esses sentimentos estivessem restritos a alguns segmentos, já seria grave; mas eles se estendem a todos.

Não há um só servidor público que esteja satisfeito; O cidadão não confia mais nas promessas do governador ou da sua equipe.

Os agricultores nem comparecem mais às gerências do IPA, porque de lá saem de mãos e corações vazios.

Fui procurada por líderes do movimento dos Pipeiros do Sertão Central, do São Francisco e de Itaparica; ou seja, do Semiárido pernambucano, que precisa de medidas efetivas e de um governo que priorize o acesso à água de qualidade. A categoria está desolada com tamanho descaso.

O próprio governador chegou a assinar um documento, onde se comprometeu a quitar os débitos do estado com esses trabalhadores, que vem salvando famílias durante a seca e que, atualmente, possibilitam a chegada da água nas casas dos sertanejos. Esses mesmos trabalhadores, estão vendendo seus caminhões para saldar os débitos com postos de gasolina e oficinas mecânicas, o que compromete a subsistência das suas famílias.

O governo Paulo Câmara, deve aos Pipeiros cerca de 4 milhões de reais; alguns não recebem há 22 meses.

Nesses, quase, quatro anos, Pernambuco fez nascer muitas outras vítimas das falhas de um gestor politicamente imaturo e administrativamente incompetente.

Como relatora da Comissão Especial que deverá elaborar o Plano Hídrico do Semiárido pernambucano, fiz questão de trazer o assunto à Tribuna, pela importância e repercussão que o caso requer; de uma dívida que precisa ser paga pelo Estado, por um serviço já prestado. Proponho que medidas permanentes e eficazes sejam adotadas, libertando o povo sertanejo da histórica indústria da seca. As chuvas que caíram em nosso Sertão amenizaram a situação, entretanto, pela falta de medidas como o desassoreamento e limpeza de importantes reservatórios, a exemplo da barragem de Entremontes, em Parnamirim, segunda maior do estado e barragem do Tamboril, em Ouricuri, tema de outros pronunciamentos trazidos por mim no Plenário desta Casa; já há escassez do líquido por evaporação, trazendo de volta o fantasma da seca.

Em visita à barragem de Zé Dodó, no município de Santa Filomena, testemunhei a preocupação da população local com a COMPESA que vem obrigando às pessoas a consumir uma água de qualidade duvidosa, usada anteriormente só para consumo pelos animais. Como médica, preocupada com a saúde daquelas pessoas, tomei a iniciativa de coletar amostras nas casas e no reservatório, enviando para análise em laboratório especializado, cujo resultado será divulgado posteriormente.

Quantas inverdades, iremos ouvir ainda nestas propagandas institucionais que são veiculadas nos horários nobres?

Farsas a custa do sofrimento do povo.

Esperamos que Pernambuco reencontre o caminho do desenvolvimento e do compromisso com as pessoas.